

### **PAINEL III**

#### **INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI**

##### **COORDENAÇÃO DA MESA**

###### **Presidente:**

Marcos Raimundo Pessoa Duarte, presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, presidente da Associação Brasileira de Instituições de Desenvolvimento e presidente da Associação Latino-americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento.

###### **Expositor:**

Luís Carlos Mendonça de Barros, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

###### **Debatedores:**

Deputado federal Gonzaga Mota, do Estado do Ceará, e Antônio Rocha Magalhães, representante adjunto do Banco Mundial no Brasil.

### **Marcos Pessoa Duarte**

É um prazer muito grande estar aqui com vocês, no momento em que se discute a função dos bancos de fomento no século XXI. Ai do país que não tiver instituições de fomento adequadas a financiar as suas empresas, no médio e longo prazos. Felizmente essa consciência existe em nosso país e na oportunidade em que uma instituição de fomento que completa 44 anos e com uma folha de serviços prestados a essa Região de tamanha grandeza, é que nós cumprimentamos os nossos companheiros do BNB, na pessoa do seu presidente Byron Queiroz.

Creio que vamos agregar conhecimentos pela qualidade do nosso expositor e dos debatedores. Fazemos votos que saiam alternativas adequadas para que, num processo de desenvolvimento e de competitividade acirrada, em um mercado cada vez mais globalizado, tenhamos instituições preparadas para possibilitar que os nossos empresários possam chegar e competir nesse grande mercado. Eu passo, com muito prazer, a palavra ao Dr. Luís Carlos Mendonça de Barros.

### **Luís Carlos Mendonça de Barros**

É uma grande satisfação estar aqui na sede do BNB, a convite do Dr. Byron, pessoa que aprendi a admirar apesar do pouco tempo de convivência que temos tido, e quero agradecer-lhe a oportunidade de, num momento como este, dizer algumas palavras sobre um tema que diz respeito ao futuro, tentando fazer algumas reflexões sobre o sistema de banco de desenvolvimento, de banco de fomento, no século XXI.

Para nós que trabalhamos no governo, seja eu ou o Byron, que estamos do lado Executivo, sejam os senadores, que estão do lado Legislativo - e eu posso dizer isso com muita tranquilidade porque não sou profissional do ramo, estou há pouco tempo fazendo isso - a nossa atividade é tão centrada no curto prazo, tão centrada nas questões emergentes, nas questões que têm que ser tocadas sempre com aquele terrível sentimento de atraso ou de se estar chegando atrasado nas coisas, que, quando temos um momento de pensar um pouco sobre o futuro, vivenciamos, de certa forma, uma experiência diferente.

Profissionalmente, passei a minha vida toda fazendo exatamente o oposto do que eu faço hoje, que era tentar olhar para frente, trabalhar com o

futuro e é evidente que tinha um objetivo muito específico e muito diferente do de hoje. Confesso, não vou fazer demagogia, que não tive muito tempo para pensar sobre o assunto, mas o pouco tempo que tive realmente me deixou com um misto de extrema satisfação e um terrível sentimento de medo e de responsabilidade.

A satisfação é que quando nós paramos, saímos um pouco do nosso dia-a-dia para pensar o que é que está acontecendo no Brasil, neste fim de século - e não há outra maneira de se pensar no próximo século se não começando pela reflexão do que está sendo feito neste fim de século -, é que tomamos consciência do processo de mudança que o Brasil vem passando nos últimos anos. E confrontando esse processo de mudança que nós passamos, com os desafios do próximo século, vemos que já hoje esses desafios fazem parte da agenda de discussão de outros países mais organizados que o Brasil, e que, portanto, não estão perdendo tanta energia, ou não perderam tanta energia, para tentar colocar o mínimo de ordem na economia. E esta é uma agenda quase que revolucionária. Por exemplo, conversando hoje tanto com o setor privado quanto com o setor público - há a sensação de que a agenda do próximo século ainda não está pronta, mas ela não está pronta porque a profundidade das mudanças que a economia e a sociedade do mundo desenvolvido vêm passando nos últimos anos, e ainda estão passando, é de tal ordem, que não é possível ter-se uma agenda fixa ou tecer um debate sobre pontos claramente identificados. Debate-se, ainda, sobre uma agenda meio flutuante, isso no Primeiro Mundo. Quando pensamos um pouco sobre o Brasil, que não tem nem a tranquilidade de possuir uma agenda dos próximos anos relativamente estabelecida, porque ainda está sendo feita, vemos que esse desafio é muito maior no nosso caso.

Para não fazer muita divagação, vou me deter especificamente nos bancos que são objeto do nosso trabalho, o BNB, o BNDES, o BDMG, componentes do sistema financeiro brasileiro.

Temos aqui conosco o senador Wilson Kleinubing, que foi obrigado rapidamente a se tornar um especialista nesse assunto, porque o Senado sofre tanto quanto todos nós com a reestruturação, com a modificação extremamente profunda do nosso sistema financeiro.

Retornando ao nosso tema, quando nos voltamos para o nosso desafio, para aquilo que é da nossa responsabilidade - operar os nossos bancos mas também pensar a nova estrutura - é que vemos como a nossa agenda ainda não está pronta. Hoje nós temos duas forças marcantes, ocorrendo ao mes-

mo tempo, sobre o sistema financeiro público de desenvolvimento, e de certa forma, também, sobre o sistema financeiro privado.

A primeira delas é uma força destrutiva, que tende a demolir aquilo que está colocado, que é a crise do sistema financeiro como um todo e a crise fiscal do Estado brasileiro de um modo específico. É evidente que quando se é diretor ou responsável por um banco público, acaba-se tendo que enfrentar as duas coisas ao mesmo tempo: nós somos obrigados a enfrentar a crise específica, que é a queda da inflação, o desaparecimento da indexação, de todo aquele mecanismo institucional que por várias décadas ficou colocado na operação da nossa instituição; além disso, por termos como sócio o governo, sofremos também o terrível impacto fiscal.

Hoje, o Dr. Byron teve, finalmente, a notícia esperada, há vários meses, de que o governo federal vai fazer o aporte de 100 milhões de reais ao capital do Banco. Uma situação que deveria ser normal, absolutamente normal, porque o Banco do Nordeste tem, atualmente, uma carteira de empréstimo que, pelos novos critérios do Banco Central, requer uma capitalização; um banco que está se expandindo, um banco que está exitoso, ele não consegue operar porque o dono dele não tem dinheiro para aumentar seu capital. Então nós, do setor público, somos obrigados a conviver, nesse momento, e durante alguns anos ainda, com esta dupla crise.

Eu presido um Banco que, de certa forma, corre um pouco ao largo disso, graças ao bom senso e à visão que o senador Serra teve, alguns anos atrás, ao aproveitar o contexto da reforma constitucional para dar ao BNDES - que naquela época não tinha muito clara a sua função, pois a batalha se dava no campo do Banco Central, com as questões da estabilização, da correção monetária - um fluxo financeiro, fora do recurso do seu acionista principal. O recurso proveniente do FAT é o que, hoje, basicamente tem sustentado e permitido ao Banco, mesmo num momento de crise fiscal do seu controlador, que é o governo federal, ter certa independência e possibilidade de trabalhar de uma forma não contaminada pela crise.

Mas aqui ao meu lado está uma pessoa que dirige um Banco que, embora estadual, tem uma tradição quase igual à do BNDES, pela qualidade do serviço, e realmente não consegue levar adiante esta meta que nós temos hoje de conviver neste momento de crise, de reestruturação, porque o governo não tem condições de suportar o seu Banco. Então essa é a primeira dimensão do problema que os bancos públicos enfrentam hoje.

Paralelamente a essa força de natureza destrutiva ou de natureza problemática, nós temos diante de nós o oposto: uma força de natureza extremamente expansionista, só não vê isso quem tiver um viés político, que mostra claramente, hoje, que o Brasil entrou num ciclo novo de desenvolvimento.

Os dados são claros: o Banco Central, por exemplo, acabou de informar que o registro de entrada de capital estrangeiro para investimentos no Brasil, no primeiro semestre, passou de cinco bilhões de dólares; enquanto que o número anual, até o ano passado, era da ordem de três a três e meio bilhões de dólares. Isto significa que já sentimos na demanda essa nova face do crescimento brasileiro, e que esse novo ciclo, para que tenha condições de ser perene, de permanecer por algumas décadas, pelo menos, entre outras questões, precisa ter respondida a questão do financiamento.

Dentro desse novo ciclo de investimentos, dentro dessa nova fase de demanda por crédito de longo prazo, qual é a função do banco público? Fazemos essa indagação porque esse novo ciclo de desenvolvimento está se fazendo também com uma grande integração - essa é a novidade em relação ao passado - da economia brasileira no circuito internacional, não só na economia produtiva internacional mas também dentro do circuito financeiro, e que boa parte dos recursos para os financiamentos desses projetos novos virão do setor externo.

Vou dar um exemplo claro: no Nordeste está sendo implantada em Campina Grande uma fábrica do grupo COTEMINAS, que é um grupo têxtil de Minas Gerais, um empreendimento extraordinário, de 300 milhões de dólares numa primeira etapa, 600 milhões de dólares no total, e nela não há uma placa do BNB nem do BNDES, o financiamento é todo ele externo. Como a TJLP, ainda por razões de estabilização, é uma taxa de juro mais alta do que a taxa de juro internacional, então a empresa que tiver acesso é evidente que vai fazer o financiamento via esse tipo de recurso.

Nós temos, então, duas questões que têm de ser enfrentadas, que têm de ser colocadas como agenda, para o futuro: a primeira é, em função do reajuste do sistema financeiro e em função da crise fiscal do Estado, e aí eu estou falando de crise fiscal de Estado nos dois níveis que interessam no caso, que é a federal e a estadual, o sistema financeiro bancário público que o Brasil tem hoje não é o sistema bancário que nós vamos ter no começo do próximo século, por definição.

Porque boa parte desse sistema bancário público se viabilizava, se alimentava de uma coisa que todos nós esperamos não vir a ter mais no Brasil, que é da hiperinflação ou da superinflação. E à medida que nós estabilizamos a economia, veio daí o primeiro passo para a crise do sistema financeiro, seja privado ou público, e nós estamos tratando do público. Os bancos públicos não têm mais consistência operacional, não têm mais consistência do ponto de vista estratégico do País. Mas eles existem, estão aí, empregam uma grande quantidade de pessoas e é preciso ter uma resposta para isso. E a resposta será um programa devidamente apresentado pelo governo no qual estará definida a forma operacional para desmontar a estrutura que aí está.

Mas para que isso seja executado, entre outras coisas, nós precisamos ter o desenho dessa nova estrutura que será montada. A primeira indicação que temos é que não será nada igual ao que existe atualmente. Sou muito sincero em relação a isso: não vejo o menor sentido no banco público capilar, um banco público que lida com público, eu acho que isso é uma herança do passado, e que eu acho que felizmente hoje é uma característica brasileira muito própria, que leva necessariamente a que as pessoas que trabalham no governo sejam pessoas com paciência; quer dizer, o Brasil leva tempo para acatar e digerir as mudanças em relação ao passado. Essa é a nossa tradição, embora nós tenhamos sempre os nossos apressadinhos, que pregam as coisas vapt-vupt e privatização indiscriminada, aquele negócio todo.

Não é assim! O governo terá um programa de desmonte, eficiente e respeitoso dessa velha estrutura que, de certa forma, mal ou bem, serviu durante o período passado, mas que não tem nada a ver com o nosso futuro. Mas, ele tem que apresentar uma agenda para esse futuro. Que agenda poderá ser essa? Claramente existe um espaço - e isso é uma outra questão de opinião e eu estou expressando a minha - penso que existe um espaço e o mundo moderno, mesmo uma parte do primeiro mundo, nos mostra isso: existe um espaço do banco público. E mais ainda: o espaço do banco público num país com as características do Brasil é mais claro.

O Brasil hoje terá que, na remontagem do seu sistema financeiro, ter a capacidade de pensá-la estrategicamente e eu vejo, claramente, três blocos que vão constituir esse novo desenho institucional do sistema bancário: um bloco privado brasileiro, de bancos aqui dentro do Brasil; um bloco que será a interseção do nosso mercado bancário ou financeiro com o internacional, uma parte sendo feita através dos próprios bancos brasileiros e outra feita diretamente como é hoje, da empresa brasileira com o banco no exterior -

quer dizer, não é preciso ter banco aqui, hoje o mercado já funciona assim; e um terceiro bloco onde estará o banco público.

Portanto, o banco público, nessa postura, tem que entender qual é a sua função. E eu diria que essa função poderia ser dividida, hoje, em duas etapas no tempo. Primeiro, nós teremos necessidade de uma estrutura de banco público que permita essa transição do sistema financeiro privado de hoje para um outro sistema no próximo século, que será de equilíbrio, processo que vai ser lento mas que já está acontecendo. Nós estamos vendo hoje os processos de fusão e eu tenho convicção de que o PROER é um programa que desaparecerá progressivamente e dará lugar a que esse processo de reorganização dos bancos se faça, como já foi feito no caso do Itamaraty e do BCN, de uma forma absolutamente comercial, de decisões de acionistas. Mas este processo vai levar algum tempo e como durante esse período o sistema financeiro privado não estará trabalhando a plena carga, nós teremos problema de funcionamento. Entretanto, não podemos parar o Brasil, parar o mundo, parar a nossa economia, para esperar que os nossos banqueiros façam essa transição. Eles têm direito à transição, mas a economia tem direito a que o sistema bancário funcione também durante essa transição. Nesse ponto, o banco público tem uma importância maior porque ele terá que ocupar esses espaços ainda deixados pelo setor privado.

Se estamos olhando um pouco mais para a frente, nós podemos ter a visão de que tudo está bem, que já passamos por essa fase de transição e estamos com o sistema bancário brasileiro funcionando de novo adequadamente. Temos, então, que desenhar a nossa inserção de banco público nesse cenário. Então o que me parece reservado estrategicamente para nós é o seguinte: a experiência de outros países nos mostra que, mesmo funcionando adequadamente, o sistema financeiro moderno cria setores excluídos, vamos dizer, setores que têm uma dificuldade muito grande de operar dentro desse sistema. E esses setores são excluídos não por um problema de incompetência ou de falta de viabilidade, mas simplesmente por um problema do próprio sistema bancário moderno, que tem essa tendência de exclusão. Portanto, este é um espaço onde o banco público tem de trabalhar.

E estamos falando, basicamente, nós já sabemos, de pequenas e médias empresas; nós estamos falando de agricultura, que é uma inserção sempre complicada, pois não temos um modelo muito claro, um modelo que seja mais eficiente que o outro; e nós teremos sempre o corte regional, também, dentro da nossa área de atuação, da nossa área de trabalho.

Então, vejo o banco público do futuro, primeiro, com essas características: ele não é mais um banco comercial, é um banco de segunda linha, é um banco que estará voltado para algumas áreas específicas que serão mais ou menos excluídas do setor privado, e isto é verdade mesmo em países como os Estados Unidos. Por exemplo, um setor excluído é o setor de longuíssimo prazo, como o da casa própria, que o setor privado não opera porque os prazos são muito longos. Então, nós vamos ter que nos ocupar com esses setores, certamente um espaço muito menor, menos abrangente e mais localizado, em relação ao que nós tivemos no passado.

E se nós conseguirmos sobreviver em termos de idade e politicamente, meu caro Byron, talvez mais 15 ou 20 anos, eu vejo os “nossos” dois bancos com essa característica de bancos menores. O Banco Mundial e o BID são exemplos claros, típicos disso. Hoje, o volume de operações do Banco Mundial, no contexto do mundo, não tem importância nenhuma.

Outro dia o presidente Fernando Henrique estava falando exatamente sobre isso, de maneira mais geral, referindo-se a uma das características do mundo global do próximo século, que é o tamanho relativo de tudo, de todas as instituições, e aí não só as financeiras. Ele citou a ONU como exemplo, que está em uma situação igual, quer dizer, todas aquelas instituições que foram fruto do último arranjo estratégico mais importante que o mundo teve, logo após a Segunda Guerra Mundial, todos esses organismos perderam a importância de uma forma extraordinária e nada foi posto no lugar.

Eu vejo o sistema brasileiro do próximo século caminhando para esse tipo de arranjo, com o banco público tendo uma participação e uma importância relativa muito menores do que ele teve no século XX, ou pelo menos na segunda metade do século XX. E o espaço perdido será ocupado pelo sistema privado, seja ele o sistema bancário interno, seja o sistema internacional de mercado de capitais. Mas sobrarão setores e infelizmente são setores mais difíceis de se trabalhar. Hoje, o BNDES ainda trabalha com o *crème de la crème* da empresa brasileira, pela simples razão que é a única fonte de recursos de longo prazo. Mas isso vai acabar porque certamente esse pessoal vai trabalhar com o mercado. Isso fica claro, por exemplo, no financiamento de exportação. O programa de exportação que o Banco está começando agora é um programa de média empresa para baixo, porque a grande empresa tem acesso mais barato no ACC e em outros mecanismos. Esta é que vai ser a característica do nosso sistema bancário. Teremos um tamanho menor, estaremos trabalhando muito mais centrados setorial e regionalmente, e por isso nós vamos precisar de uma estrutura diferente. Cla-



ramente não teremos mais bancos estaduais de desenvolvimento, não vejo espaço para isso uma vez que o espaço é menor, e eles são mais localizados, têm um corte regional ou um corte específico de alguns setores.

Também vejo o BNB cada vez menos um banco capilar, já disse isso. Hoje o Banco ainda é um híbrido de banco de desenvolvimento com banco comercial, mas, por trabalhar numa região com um grau de desenvolvimento mais baixo, a capilaridade ainda tem a sua importância.

Outro segmento que eu vejo como fazendo parte um pouco desses excluídos que terão que ser atendidos pelo banco público é o chamado banco popular, o banco do povo, o crédito popular, que nós estamos começando a desenvolver.

É basicamente isso o que eu gostaria de dizer sobre a nossa situação hoje, e como é que eu vejo o que nós estaremos fazendo, se continuarmos como gestores dos nossos bancos, meu caro Byron, lá pelo ano 2010, 2020, evidentemente com muito menos charme do que nós temos hoje, porque nós vamos ter menos importância. Obrigado.

#### **Marcos Pessoa Duarte**

Agora, o ex-governador e deputado Gonzaga Mota.

#### **Gonzaga Mota**

Inicialmente, presidente Byron, gostaria de trazer aqui os meus cumprimentos aos colegas do Banco do Nordeste do Brasil e à diretoria, pela data de hoje. São 44 anos de bons serviços prestados a essa Região, por essa instituição exemplar que é o Banco do Nordeste do Brasil, que possui, possuiu e continuará possuindo em seus quadros funcionários e técnicos do mais alto gabarito. Tive a honra de, no Banco do Nordeste, ser chefe de departamento há 20 anos, na gestão do Dr. Nilson Holanda, e tive a oportunidade de, naquela época, estruturarmos um sistema de planejamento para o Banco. Há 20 anos atrás. E creio que o banco vem continuando e deverá continuar o seu trabalho.

O Banco do Nordeste, meus caros companheiros, não é simplesmente um prestador de dinheiro. Se fizermos uma análise histórica da atuação

do banco, nós vamos perceber perfeitamente quanto o Banco foi importante em projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico, em estudos econômicos pioneiros, na criação de um departamento que é o ETENE, do qual tive a oportunidade de ser bolsista em 1966. Então aqui eu venho com muita satisfação, presidente Byron, meus caros diretores, para essa festa de 44 anos. E todos do Banco do Nordeste têm a consciência tranquila de que este Banco ainda vai prestar muitos e muitos serviços à nossa Região.

Gostaria de cumprimentar o nosso expositor, o Dr. Luís Carlos Mendonça de Barros, e fazer algumas observações, antecipando, meu caro presidente Marcos Pessoa Duarte, que faço essas reflexões não como Presidente da Comissão Especial do Sistema Financeiro Nacional da Câmara, mas como um simples parlamentar, um cidadão.

Iniciaria dizendo o seguinte: há 5 anos foi constituída na Câmara dos Deputados uma Comissão Especial para regulamentar o artigo 192, da Constituição Federal, que trata do Sistema Financeiro Nacional. Esta comissão já trabalhou bastante, já teve vários parlamentares como presidente, como relator, já tem muita coisa produzida. Para dar idéia aos senhores, nós estamos com cerca de oito substitutivos, fora dois que temos agora do Senado - deverão ser apresentados no Senado um substitutivo do senador Vilson Kleinubing e outro do senador Ney Suassuna - portanto há uma quantidade muito grande de idéias.

E, falando aqui como um curioso, para a reflexão dos presentes, principalmente dos senhores parlamentares, que vão decidir, eu vejo que o sistema financeiro nacional se divide em três segmentos básicos: o segmento bancário, cuja legislação básica é a Lei n. 4.595, de 31/01/64, o segmento de mercados de capitais, valores mobiliários, cuja legislação básica é a Lei n. 4.728, que anteontem, dia 17, completou 30 anos, e o segmento de seguros e capitalização.

Evidentemente que são segmentos interdependentes e têm efeitos que repercutem um no outro. Neste de seguros e capitalização, eu diria que a legislação básica é a Lei 4.594, do final também de 1964, e o Decreto 73/66. Eu vejo que, para chegarmos ao século XXI, que é o tema da nossa palestra, nós precisamos fazer algo que possa adaptar o sistema financeiro à nova realidade que estamos vivendo: uma nova realidade política, econômica, social, tanto interna quanto externa. Estamos vivendo essa nova realidade.

Acredito que todos esses substitutivos, inclusive um do PMDB que eu coordenei em 1993, com a participação do ministro Odacyr Klein, então deputado, e mais dois companheiros do partido, são documentos que nos trarão muitas informações e muitos subsídios. Mas, seria mais racional, e isso eu já conversei inclusive com parlamentares de várias tendências, economistas, parlamentares e senadores, e até agora não encontrei nenhuma rejeição a essa tese que, penso, seria bem mais objetiva, e faria com que eu tivesse uma resposta mais rápida ao disciplinamento do sistema financeiro nacional. Qual é? Creio que não precisamos inventar muita coisa. Nós temos, por exemplo, no caso do setor bancário, a Lei 4.595; vamos tomar essa lei, ver o que está fora de uso, o que está obsoleto e o que podemos incorporar, para atualizá-la. Mesma coisa com relação à 4.728, no tocante ao mercado de capitais, e mesma coisa com relação ao Decreto 73/66, com relação ao setor de seguros e capitalização.

Só para dar uma idéia aos senhores da aceitação dessa tese, eu conversei com a deputada Conceição Tavares, com os deputados Delfim Neto e Francisco Dornelles, com ministros de Estado e com o próprio ministro Pedro Malan e há, não diria consenso, mas uma tendência dessas autoridades, desses economistas, de aceitarem essa proposta. Isso não quer dizer que vamos chegar a esse objetivo. Por isso, fiz questão de dizer aqui que não estou falando como presidente da Comissão, mas como simples cidadão, como simples deputado, como um curioso do assunto.

Bem, no tocante à inserção das instituições financeiras de desenvolvimento no novo contexto, este é o nosso grande desafio, principalmente para nós parlamentares que vamos atualizar a lei ou fazer um projeto de lei complementar, ou de lei ordinária. E vejo o seguinte: a meu juízo, eu continuo defendendo que a participação das instituições financeiras de desenvolvimento é indiscutível dentro do processo. Não concordo que essas instituições sejam enfraquecidas. Pelo contrário, penso que elas devem ser fortalecidas, como está acontecendo nos "tigres" asiáticos, onde existem instituições de fomento operando com recursos de médio e longo prazo, fazendo financiamentos para o desenvolvimento. Mesmo a Europa, no âmbito da União Européia, criou o BERD - o Banco Europeu de Desenvolvimento e Reconstrução, fundamental para o desenvolvimento do leste europeu. No Japão, há o Ministério da Indústria, que opera com várias carteiras de fomento, inclusive fazendo projeções. Eu tomei conhecimento também do exemplo da Alemanha, onde estive há dois meses, visitando várias instituições de crédito, inclusive o KfW, que está sendo o grande gestor em termos de financiamento e de disciplinamento do carreamento de recursos para a

incorporação da Alemanha Oriental no processo de reunificação com a Alemanha Ocidental. E o KFW cresce cada vez mais. Na Itália, o Instituto Mobiliário Italiano também está sendo fortalecido. E por aí vai.

Eu acredito que as instituições têm que sofrer algum ajuste, mas a sua filosofia de fomento e de promoção do desenvolvimento tem que permanecer. Por isso eu falei: vamos tomar aquelas leis básicas e atualizá-las ao novo contexto interno e externo, à nova estrutura interna e externa.

Eu diria, senhoras e senhores, que nós mesmos temos uma experiência fantástica no que diz respeito a bancos de fomento. O BB, o BNDES, o nosso BNB e tantos outros são bancos que realmente deram a sua colaboração e poderão continuar colaborando.

Outro dia, eu estava em uma reunião com autoridades e uma delas ressaltou que o programa de modernização do Banco do Brasil vai se basear em seguro e capitalização. Eu fiquei muito preocupado porque, se olharmos a história econômica deste país, vemos como foi extremamente positiva a participação do Banco do Brasil, apoiando a agricultura e o processo de substituição de importações; do BNDES participando do trabalho de desenvolvimento econômico e apoiando as exportações; do BNB, financiando uma região subdesenvolvida, que seria bem mais subdesenvolvida se o Banco não existisse.

Dentro do quadro de estabilidade monetária que estamos vivendo, vejo que conseguimos algo extremamente positivo: estamos com a inflação a 1,5% ao mês, quando há dois anos atrás tínhamos uma inflação de 50% ao mês. Então é algo extremamente positivo e temos que nos ajustar a essa nova realidade de uma inflação mínima, e ainda vamos ver se podemos reduzi-la mais ainda.

Vejo também que chegou o momento - esse é o pensamento do próprio presidente da República - de retomarmos o desenvolvimento, de podermos gerar mais empregos e melhorar o perfil de distribuição de renda desse país. Acredito que a participação das instituições de fomento será fundamental para que alcancemos esses grandes objetivos sociais e econômicos - melhor distribuição de renda, melhor nível de emprego - que, penso, talvez sejam o grande problema deste final de século de todas as nações, não só daquelas em desenvolvimento, como também das já desenvolvidas.

Tem de haver, evidentemente, uma definição política: queremos banco de desenvolvimento? Sim, queremos. Se queremos, vamos dar recursos adequados, estáveis e permanentes a essas instituições. Se não queremos, aí é outra coisa.

A meu juízo, penso que essas instituições continuarão sendo fundamentais para o processo de desenvolvimento que o governo federal está querendo agora retomar, dentro de um padrão de economia estável. Por isso, o que se precisa, efetivamente, é ter decisão política, de tal maneira que, repito, haja recursos estáveis, adequados, permanentes, para que possamos compatibilizar as estruturas de ativo e de passivo dessas instituições de fomento.

Para encerrar, gostaria de dizer que, quando estamos pensando, volto a repetir, em retomar o desenvolvimento, creio que essas instituições se apresentem, a exemplo do que está ocorrendo lá fora, como de fundamental importância para o nosso objetivo, para o objetivo da sociedade brasileira. Muito obrigado.

**Marcos Pessoa Duarte**

Com a palavra o professor Antônio Rocha.

**Antônio Rocha Magalhães**

Estou extremamente contente de estar aqui hoje, voltando à minha velha casa e ver que é uma casa que está sempre procurando se renovar. Sinto-me particularmente à vontade neste painel, pelo fato de, em primeiro lugar, estar representando o Banco Mundial nessa reunião, mas, sobretudo, por ser originário do Banco do Nordeste - fui técnico do Banco - e também por ter sido até o ano passado membro do conselho de administração do BNDES, uma instituição pela qual tenho uma admiração enorme, pelo papel que desempenhou e continua desempenhando no desenvolvimento do Brasil.

Ouvi com muita atenção a exposição do Luís Carlos e a intervenção do meu amigo deputado Gonzaga Mota e acho que temos bastante matéria para pensar e repensar não só o papel dos bancos de desenvolvimento em geral mas, sobretudo, a questão do desenvolvimento, que foi levantada aqui por ambos os expositores que me antecederam e particularmente pelo deputado Gonzaga Mota.

Eu retomaria, não diria as previsões, mas as tendências ou os cenários aqui colocados pelo Luís Carlos, sobre o que ele visualiza em relação ao papel das instituições financeiras oficiais de fomento no próximo século, no sentido de que não devem ser bancos comerciais mas devem atuar como bancos de segunda linha, voltados para áreas específicas do desenvolvimento.

Vou me reter um pouco mais sobre essa questão de áreas específicas, porque é uma questão que particularmente preocupa o Banco Mundial, mas eu gostaria de, antes disso, fazer um ligeiro comentário sobre a colocação geral que aqui foi feita pelo nosso expositor.

Em geral, concordo com as colocações. A única preocupação que tenho é que o governo, ou o Congresso, ou quem quer que seja, venha a desenhar um modelo e procurar implementá-lo de qualquer forma, sem levar em conta as experiências concretas de sucesso e de insucesso do sistema que aí está. E gostaria de, em particular, referir-me à experiência de banco misto do Banco do Nordeste. Penso que é uma experiência que precisa ser estudada com muito carinho. Acho que o presidente Byron Queiroz, o ex-presidente Nilson Holanda, o ex-diretor Firmo de Castro, que aqui estão, podem se despir de qualquer vestígio de eventual corporativismo para analisar com isenção essa experiência, que a mim, pelo menos até hoje, parece uma experiência exitosa, no sentido de aliviar, e não de onerar, o erário público da responsabilidade de manutenção de uma instituição de fomento.

Eu imagino que, não fora um banco misto, o Banco do Nordeste já teria quebrado, se tivesse, como banco de fomento, enfrentado as mesmas dificuldades de financiamento que enfrentou na sua história nos últimos anos, sobretudo antes da Constituição de 88.

Dito isso, eu gostaria de fazer uma reflexão rápida sobre o que se passa no Banco Mundial, a respeito do terceiro ponto colocado pelo nosso expositor: a questão de que as instituições terão que ter um papel específico no fomento de áreas prioritárias de desenvolvimento. O Banco Mundial em particular vem repensando essa questão. Como todos sabem, o Banco foi criado no pós-guerra para financiar a reconstrução. E, por trás desse mandato de financiar a reconstrução, havia uma concepção muito simples do processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento é função do trabalho e do capital; então se existe trabalho disponível nós precisamos injetar capital, com isso o desenvolvi-

mento acontece. Todos sabem que isso foi um grande sucesso na reconstrução da Europa e, em particular, na reconstrução da Alemanha, e esse mesmo modelo foi aplicado pelo Banco Mundial e por outras instituições de financiamento em outros países do mundo, em todos os países em desenvolvimento da América Latina, da Ásia, da África. E nós não podemos dizer que foi um sucesso. Ao contrário, já há tempos estamos bastante preocupados com o fato de que, com 50 anos de ação do Banco Mundial, a maioria dos países em desenvolvimento continua muito pobre, os problemas da pobreza se alastram e chegamos à conclusão de que muitos dos projetos que foram desenhados, dentro dessa idéia de injetar recursos para complementar com a mão-de-obra existente e abundante nesses países, não promoveram o desenvolvimento esperado.

Eu coloco isso porque essa questão está gerando um repensar e uma redefinição da própria teoria do desenvolvimento econômico. Afinal de contas, a questão do desenvolvimento é apenas uma questão de injetar mais capital, de construir mais capital físico? A conclusão que se tem até agora é que não; que há algumas partes que estiveram ausentes, de um lado na teoria e a partir daí na prática. As pessoas que trabalham nos bancos de fomento são pessoas que têm por trás de si uma certa filosofia de como se deve fazer desenvolvimento. E o entendimento dessas pessoas é que faltaram algumas ligações importantes.

Hoje - abreviando minha apresentação, pois não poderia apresentar isso com mais detalhes - estamos bastante preocupados. Primeiro, na linha colocada pelo Luís Carlos, de que os bancos precisam se concentrar em coisas realmente importantes e que não são executadas pelo setor privado. Segundo, que faltou aos projetos, às ações de desenvolvimento ao longo desse tempo, uma participação genuína daqueles que são diretamente interessados no processo.

Em geral se reconhece que houve muito autoritarismo, muita definição de cima para baixo, muito desconhecimento da realidade local. Portanto está-se caminhando para uma redefinição total da ação, no caso do Banco Mundial, no sentido de incorporar uma maior participação da sociedade civil no planejamento e na implementação das ações de desenvolvimento, e também no sentido de usar o poder de indução que têm essas instituições para criação do que se está convencendo chamar, recentemente, de capital social, que é a capacidade da própria sociedade, das comunidades, de tomar iniciativas próprias.

Neste caso, o papel tanto do governo, quanto das instituições de fomento, deveria ser meramente o de se colocar à disposição para apoiar essas iniciativas que emergem da própria sociedade, e não de desenhar nos gabinetes, ou onde quer que seja, projetos e financiá-los, projetos pelos quais a população local não se sente responsável, não se sente proprietária. Portanto, esses projetos, uma vez executados, não terão manutenção, e isso nós presenciamos freqüentemente, não só aqui no Brasil, aqui no Nordeste, como em muitos países.

Imagina-se, portanto, que o papel das instituições de desenvolvimento deverá estar voltado muito mais para apoiar iniciativas que venham das próprias comunidades, ajudando a desenvolver esse capital social e o capital humano, do que, especificamente, para financiar a expansão do capital físico, por exemplo.

Isso seria uma consequência do processo de mobilização da comunidade. Eu concordo com várias das outras colocações que aqui foram feitas e como o tempo está esgotado eu fico por aqui. Muito obrigado.

#### **Marcos Pessoa Duarte**

Antes de passar a palavra novamente ao Dr. Luís Carlos Mendonça de Barros, eu pediria permissão para fazer algumas provocações. Acho que nós estamos diante de um grande desafio, aliás o mundo inteiro, que é o desemprego. Estamos diante de uma globalização, de uma internacionalização financeira em que o "*made in*" não está sendo muito importante, e que as empresas de qualquer país, se não tiverem qualidade, tecnologia e produtividade estarão definitivamente fora desse mercado.

Sabemos, pelos estudos, que a função fomento não foi resolvida pelo mercado e jamais será resolvida por ele. Na ALIDE, nós temos 120 bancos associados, de fomento e mistos, e apenas 1,6% das operações são feitas por bancos privados. Se olharmos o passado da nossa nação, a construção dessa pátria, constatamos que, se não tivéssemos a participação dos bancos públicos e dos bancos especializados em médio e longo prazos, não teríamos um Brasil em condições de estar hoje querendo participar do bloco dos países desenvolvidos.

Eu vi, há cerca de alguns meses, um pronunciamento do presidente Alberto Fujimori, do Peru, que criticava as autoridades internacionais que haviam



feito com que ele fechasse seus bancos de fomento. Ele dizia que não tinha nenhum instrumento para financiar a micro e pequena empresa, nem o micro e pequeno produtor rural, porque não tinha seus bancos de fomento.

No momento que nós estamos atravessando no Brasil, com marcantes desníveis sociais e regionais, com a globalização encaminhando para aumentar ainda mais os desníveis entre as nações - terça-feira passada, vi publicado nos principais jornais que 358 grupos internacionais têm uma renda maior do que 43 ou 45% da população mundial -, com todas as dificuldades que temos pela frente, sabendo que a função fomento jamais será resolvida pelo mercado, sem instituições financeiras que possam fazer o papel que fizeram e continuam fazendo o BNDES, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, com sua importância no financiamento e modernização da agricultura - na década de 70 passamos de 37 milhões de toneladas para 80 milhões de toneladas - eu pergunto: como ficaria nossa nação sem um bom desenho de banco público, como sugeriu o deputado Gonzaga Mota?

E sabedor que é necessário que haja recursos fiscais e parafiscais para atender esses nichos de segmentos menos favorecidos - fala-se até num banco do povo - por que não incluir o fundo de aval ampliado para suportar o papel do banco do povo, fazendo com que este fundo - como existe nos países chamados "tigres asiáticos" - possa suprir a ausência desse banco do povo, mas transformando todos os bancos em bancos do povo? É o que estamos fazendo no financiamento da micro e pequena empresa, agora com a garantia do FAMPE (Fundo de Aval à Micro e Pequena Empresa) do SEBRAE.

Então tudo isso, Dr. Luís Carlos, nos preocupa. Penso que o senhor tem um papel muito importante na formatação dessa nova função - o novo papel dos bancos de fomento do século XXI. E acho que nós precisamos definir esse papel de fomento antes da virada do século, se não, talvez, não estaremos participando do clube dos desenvolvidos na virada desse século.

#### **Mendonça de Barros**

Vou terminar respondendo à provocação do Marcos. Primeiro, penso que ficou claro que entre nós quatro não há grandes divergências. Não haveria problema se alguém aqui tivesse a posição muito radical de ser contra banco público; existem várias dessas pessoas, mas acho que esta é uma primeira constatação importante. Penso que nós temos experiências de vida, experiências de países, de região, experiências exitosas, das quais, dentro de determi-

nadas condições, se pode dizer que o espaço do banco público é uma coisa clara, cristalina, e que só o corte ideológico nega isso. O corte ideológico é um direito de cada um.

O segundo ponto importante, sobre o qual tenho uma preocupação muito grande, é que tenhamos consciência - e nisso temos amolado suficientemente os nossos senadores - de que o Brasil vive hoje um momento de mudança muito radical. Evidente que tem gente que acha que não. Tudo bem, então esses estão fora de discussão. Mas nós precisamos entender isso, e no fundo a sociedade brasileira tem dado respostas extraordinárias em relação a esta percepção.

Eu gosto de citar um exemplo que me parece muito importante em relação a essa capacidade de evolução, de percepção dessa nova realidade. Eu não sei se os senhores sabem, a Light foi a primeira privatização, feita desde 1990, em que houve por parte de um segmento da sociedade civil, por motivos ideológicos, demanda de medida cautelar na Justiça Federal do Rio de Janeiro para suspender o leilão, e pela primeira vez - até então em todos os casos os juízes tinham dado esta medida cautelar - o juiz negou a medida cautelar, num despacho que é um dos exemplos mais interessantes, olhado o despacho de outros juízes, dentro do ponto de vista do que seja a maturação e a percepção, dentro da sociedade, de uma mudança de postura em relação ao Estado deter propriedade de empresa.

Penso que o Brasil é um país que vai conseguir fazer essa mudança, mas nós precisamos ter bem claro que nós estamos vivendo, hoje, uma agenda com um período de alguns anos em que nós vamos precisar ter uma percepção muito clara e uma capacidade grande para entender quais são os verdadeiros e os falsos desafios.

E aqui nós temos, em relação aos nossos bancos públicos, exatamente uma dessas armadilhas, a armadilha ideológica, que é simplesmente um corte: sim ou não. E temos a armadilha que me parece a mais perigosa, que é de raciocinar para a frente com aquilo que foi para trás. Por exemplo, o BNDES do presidente Getúlio Vargas, que financiou Volta Redonda, evidentemente não é o BNDES deste fim de século.

Eu tenho uma história engraçadíssima em relação a isso. O BNDES tomou a decisão, seis meses atrás, de incluir o setor de serviços como setor prioritário, baseada na nossa percepção de olhar para fora e ver que, no processo de globalização da indústria, há uma destruição de emprego nessa área e que os

empregos realmente nascem na área de serviços. Então, o BNDES aprovou um financiamento de 140 milhões de dólares, há questão de semanas, para a construção de um parque de diversões em São Paulo, um investimento grande de 200 milhões de dólares. E houve um manifesto de um grupo de funcionários dizendo que o BNDES, que havia financiado Volta Redonda, agora estava financiando montanha russa. E eu simplesmente respondi à comissão que foi lá falar comigo que era verdade, nós estávamos absolutamente conscientes disso.

Infelizmente ou felizmente - isso não me cabe julgar - se nós quisermos responder adequadamente à questão do emprego, temos que financiar montanha russa, porque a sociedade hoje tem uma parte importante do seu consumo dirigida para este tipo de coisa. Isto é uma armadilha e nós precisamos ter então uma capacidade muito grande e ser muito eficientes nessa transição.

Existe espaço para o banco público; mas o banco público do próximo século certamente é diferente daquele que nós temos conhecimento. Portanto, fazer para a frente reflexões do tipo que se fazia no passado é muito perigoso e pode nos colocar numa situação de dificuldade.

Por isso, eu continuo insistindo que - procurando não definir muito porque ainda não tenho isso muito claro - para mim, o banco de desenvolvimento do próximo século é menor, menos charmoso do que é hoje em termos do que faz, mas de uma grande responsabilidade, porque ele precisará ter uma agenda estratégica, no sentido de saber suportar e apoiar aqueles setores que são fundamentais para o desenvolvimento e o crescimento, e outros setores que, por alguma razão, não estão sendo adequadamente atendidos pelo mercado.

Outra coisa que precisamos entender é que, na dimensão da economia brasileira hoje, não há recursos públicos, para fiscais ou fiscais, que permitam a sustentação de um processo de financiamento. Isso só os mercados interno e externo é que vão fazer. Essa é outra característica nossa. O sistema bancário público de desenvolvimento será um instrumento acessório ao mercado financeiro, portanto - e aí a responsabilidade do deputado - este é um dos itens mais importantes que a agenda legislativa deve resolver: o imbróglio do sistema financeiro brasileiro, porque um dos culpados é o processo legislativo, pois é inaceitável, para um país que mudou tanto em 30 anos, como o senhor mesmo disse, o fato de termos, até hoje, duas leis básicas de 30 anos atrás, regulando os sistemas bancário e de mercado de capitais.

O que eu quero dizer, portanto, aproveitando a sua presença, é que, como o jogo do sistema de financiamento, nos próximos anos, é no setor privado, é absolutamente fundamental que resolvamos essa questão, uma vez que nós, do banco de desenvolvimento, vamos ser menores, vamos ser menos importantes, embora sejamos para determinados segmentos questão de sobrevivência ou não, questão de viabilidade ou não. Penso que é isso que deve nos preocupar e que devemos procurar responder, meu caro Marcos.

#### **Marcos Pessoa Duarte**

Devido ao adiantado da hora, recebemos instrução para acolher uma pergunta. Vamos passar a palavra ao Dr. Lauro Viana, para fazê-la de viva-voz.

#### **Lauro Viana**

A pergunta é para o Dr. Luís Carlos, do BNDES. O assunto seria agricultura no sul do Maranhão, no Cerrado maranhense. Ela é feita hoje com o apoio do BNB, que é um banco público e cumpre todas as premissas que o senhor colocou na sua palestra. A região tem todas as condições de produção, o custo de produção é compatível com o mercado internacional, o Banco é extremamente criterioso na análise dos projetos, a geração de empregos e de recursos é imediata após a aplicação dos recursos, de forma que a situação, de imediato, é estável, porém o sucesso disso tudo depende basicamente do andamento da TJLP e da taxa de câmbio. Eu pergunto: qual a projeção do BNDES para a TJLP? Qual a defasagem que se espera para a frente? E outra: como é que as empresas e as instituições financeiras que acreditam no sistema e investiram, criando empregos e aumentando a produção, poderão ver o futuro diante dessa ambigüidade que existe entre a TJLP e a taxa de câmbio para as empresas exportadoras?

#### **Mendonça de Barros**

A questão da TJLP é o que se costuma chamar de armadilha dos índices. Ela foi construída com uma certa racionalidade: 75% da TJLP reflete a taxa de juros interna, de juros dos títulos públicos federais, e 25% reflete a taxa de juros no exterior. A TJLP - eu conheço muito bem a pessoa que a criou, o Dr. Pêrsio Arida, ela é exatamente a cabeça do Dr. Pêrsio Arida - é uma fórmula de uma racionalidade absoluta e de uma total inviabilidade prática.

Evidente que o problema da TJLP, que inclusive ficou agora acima até de outras taxas de juros num empréstimo de longo prazo, como do BNDES, não faz sentido. Mas ela faz sentido como herança de um período em que havia total impossibilidade de trabalhar com alguma taxa de juros diferenciada para isso.

Então, esta é uma das questões que está na agenda da equipe econômica, pois não é um problema apenas do BNDES, mas é um problema mais amplo. O ideal nosso é que trabalhássemos com uma taxa de juros pré-fixada, como qualquer país decente no mundo. Mas acho que estamos um pouco longe dessa característica e penso que precisamos ainda de algum tempo a mais de consolidação do Plano Real, para que o Banco possa trabalhar com uma taxa de juros pré-fixada.

Penso, portanto, que temos que trabalhar, ainda durante algum tempo, com uma taxa de juros flutuante. Evidentemente que não precisa ser trimestral; a idéia é passar para seis meses, e certamente nós não podemos refletir nessa taxa de juros a taxa de juros de *overnight*, que é basicamente a taxa de juros que afeta a dos títulos públicos. Portanto, nós temos um imbróglio financeiro que terá que ser resolvido. Mas é como eu falei aqui: há uma fábrica em Campina Grande que está sendo feita com crédito externo, que é muito mais barato do que o próprio crédito do BNDES. Isto é um contrasenso e nós teremos que resolver essa questão.

#### **Marcos Pessoa Duarte**

Encerrando, quero agradecer a contribuição do Dr. Luís Carlos Mendonça de Barros, do deputado e ex-governador Gonzaga Mota, do Dr. Antônio Rocha Magalhães e do Dr. Lauro Viana. Agradeço ao Banco do Nordeste, ao Dr. Byron, ao Dr. Osmundo, pela oportunidade que me deram de poder participar desse evento. Penso que participar de uma instituição como o BNB, que completa 44 anos, e que pode olhar para trás e verificar o grande trabalho, o grande benefício que trouxe para a nossa sociedade, é algo que dificilmente acontece com as pessoas. Por isso, é muito importante, para quem dele participa, poder olhar e dizer: eu ajudei a construir parte de nosso País. Parabéns BNB e muito obrigado por tudo.